

■ COVID - 19

Número de infectados sobe 290% em uma semana e acende alerta na saúde. Proteção facial volta a ser recomendada em locais fechados, enquanto cidade reforça a testagem

Casos aumentam e PBH sugere retomada do uso de máscaras

BERNARDO ESTILLAC

Passado pouco mais de um mês desde a liberação do uso de máscaras em Belo Horizonte, a capital registrou, na última semana de maio, um aumento de 290% nos casos confirmados de COVID-19 em relação aos sete dias anteriores. Foram mais de 3.400 novas infecções em apenas sete dias, numa escalada que colocou em alerta especialistas e autoridades de saúde do município. Ontem, a prefeitura sugeriu que as máscaras voltem a ser usadas em ambientes fechados, em salas de aula das escolas públicas e particulares, cinemas, teatros, elevadores e escritórios e anunciou ainda a abertura de mais um centro de testagem (leia texto abaixo). Por sua vez, infectologistas chamam a atenção para a necessidade de reforçar a vacinação, especialmente entre crianças. Alguns defendem que as máscaras voltem a ser obrigatórias até a passagem do inverno, embora não haja consenso quanto ao tema.

Após início de ano marcado por uma explosão de casos de COVID-19 impulsionados pela variante Omicron, os números foram diminuindo progressivamente, mas a última semana de maio acendeu um sinal de alerta. Uma comparação entre os boletins epidemiológicos divulgados no fim de cada mês pela prefeitura mostra que o número de novos casos foi diminuindo consideravelmente. De fevereiro para março, foram mais de 34 mil; de março para abril, cerca de 13 mil; e de abril para maio, pouco mais de 6 mil. No caso de maio, no entanto, a maior parte desses registros foi feita na última semana do mês recém-terminado. Entre os dias 17 e 24, a capital computou 888 novos casos. Já entre os dias 24 e 31, esse número foi de 3.478 novos resultados positivos para coronavírus.

Especialistas ouvidos pelo Estado de Minas concordam na avaliação de que este era um resultado esperado após as decisões de relaxamento na contenção da pandemia. No entanto, há opiniões diferentes sobre a necessidade de voltar atrás em algumas medidas, como o uso obrigatório de máscaras. Para o infectologista Estêvão Urbano, que integrou o extinto Comitê de Enfrentamento à COVID-19 da prefeitura, o aumento dos casos ainda pode ser maior, já que os números não contemplam os testes feitos em casa. Para o médico, o ideal seria

retomar o uso de máscaras. "Este número está aumentando, sem falar nos autotestes, que não são notificados. Na minha opinião, tem que voltar a máscara em locais fechados. Para mim, seria obrigatório, até essa piora passar. Isso vale para todas as capitais", disse Urbano.

O infectologista Unai Tupinambás tem a mesma opinião de seu ex-colega de comitê. Para o médico e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), seria interessante que a medida de desobrigação das máscaras esperasse a passagem do inverno. "Seria interessante manter ao menos em locais fechados. A variante 2 da Omicron é ainda mais infectante e consegue escapar da vacinação e de infecções recentes. No inverno, as pessoas ficam aglomeradas em locais fechados e com pouca ventilação. Além disso, nossa mucosa fica mais ressecada e facilita a transmissão", avalia.

Belo Horizonte é uma das 19 capitais do Brasil com crescimento de casos na tendência de longo prazo de síndrome respiratória aguda grave (SRAG). O dado foi divulgado na última atualização do boletim Infogripe, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

TERMÔMETRO DOS HOSPITAIS Para o epidemiologista José Geraldo Leite Ribeiro, o retorno da obrigatoriedade das máscaras ainda não é necessário. Ele avalia que o aumento de casos não tem sido acompanhado por desenvolvimento de quadros graves da doença e uma sobrecarga nos hospitais; portanto, ainda seria cedo para voltar atrás na flexibilização. Mas se isso acontecer, na opinião dele, o acessório tem que se tornar obrigatório em todos os espaços. Para ele, recomendações de uso facultativo seriam insuficientes no caso de haver pressão hospitalar.

"Se for detectado um aumento na ocupação de hospitais, a recomendação não resolve muito, precisa se tornar obrigatória novamente. Do ponto de vista de saúde coletiva, não acredito muito nessa diferenciação entre espaços abertos e fechados. A pessoa ainda por aí sem máscara e depois a coloca quando entra em local fechado; tem que ser obrigatório em todos os ambientes. As medidas de afastamento social e de uso de máscaras são medidas de urgência que dão muito certo e salvaram muitas vidas, mas não conseguem se manter eternamente em



Alunos na saída de escola em Belo Horizonte: prefeitura recomenda proteção facial nas salas de aula



Pacientes aguardam exames de COVID-19 no novo centro da prefeitura, aberto ontem na UNA

uma população. Ela deve ser reservada para momentos em que se detecta risco de saturação do sistema de saúde", avalia.

VACINAÇÃO "A baixa vacinação entre crianças é mais um fator que pode explicar esse aumento de casos. Acho que a campanha não pode parar, tem sempre que estar ativa. A vacinação protege mais contra a manifestação grave da doença do que contra o próprio adoecimento, mas ela também ajuda a diminuir a transmissão, é um ganho extra", analisa o infectologista Estêvão Urbano. O grupo de crianças entre 5 e 11 anos é o mais defasado em relação

à cobertura vacinal em BH. Apenas cerca de 55% dos moradores da capital nessa faixa etária receberam a segunda dose da proteção contra a COVID-19.

Em maio, o aumento de casos em jovens levou a medidas como o retorno de aulas virtuais em instituições tradicionais de BH como os colégios Sagrado Coração de Jesus e Santo Agostinho. Além disso, Nova Lima e Betim, na região metropolitana, já decretaram o retorno da obrigatoriedade de máscaras nas salas de aula. Os especialistas ouvidos nesta matéria também alertaram para a importância da atualização vacinal de outros públicos. Menos de 80% dos

adultos tomaram a terceira dose da proteção contra o coronavírus e pouco mais de 30% dos idosos receberam a quarta aplicação do imunizante em Belo Horizonte.

COMITÊ POPULAR Desde fevereiro, o número de mortes em decorrência da COVID-19 tem caído quase pela metade mês a mês. Embora o cenário aponte para um quadro estabilizado, como descreveu o médico José Geraldo Ribeiro, é difícil ter uma ideia apurada sobre a situação dos hospitais de BH. Isso porque, desde abril, a prefeitura não divulga mais a ocupação de leitos por pacientes com a doença nos boletins

epidemiológicos. Essa é uma das críticas feitas à administração municipal por entidades e profissionais da área da saúde que anunciam hoje (3/6) a formação do Comitê Popular de Enfrentamento à COVID-19. O grupo será apresentado em entrevista coletiva marcada para as 15h, na Casa do Jornalista, Região Centro-Sul de BH. Os infectologistas Carlos Starling, Estêvão Urbano e Unai Tupinambás, que formavam o Comitê de Enfrentamento à COVID da Prefeitura de BH ao lado do então secretário de Saúde Jackson Machado, estarão presentes e integrarão a iniciativa. O grupo pretende alertar para a permanência do risco representado pelo coronavírus e quer a retomada do boletim epidemiológico do município com mais informações.

O comitê da PBH foi dissolvido em março, após o fim do estado de calamidade pública na cidade. Concomitantemente à saída dos médicos da equipe que gerenciava as ações para controle da pandemia na capital, o boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria de Saúde também passou por mudanças. Depois de cerca de dois anos com edições diárias de segunda a sexta-feira, o documento passou a ter duas edições semanais e informações reduzidas a partir de abril. Dados como a ocupação de leitos nos hospitais e a taxa de transmissão do vírus na cidade não constam mais nos boletins divulgados atualmente pelo município. Hoje, o Comitê Popular divulgará a primeira edição de seu boletim próprio. A expectativa do grupo é de que edições semanais sejam disponibilizadas para a população.

Além dos infectologistas do antigo grupo da prefeitura, farão parte do Comitê Popular representantes das seguintes entidades: Comitê de Enfrentamento à COVID-19 da UFMG, Associação Brasileira de Médicos e Médicos pela Democracia, Associação de Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais, Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE/UFMG), Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, Observatório de Políticas Cuidados em Saúde da Faculdade de Medicina da UFMG, Pastoral da Saúde, Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, Sindicato dos Enfermeiros de Minas Gerais, Sindicato das Psicólogas e Psicólogos de MG.